

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-022

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
513351353	A2S-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA
Morada (Sede Social)	Edifício da Junta, Rua da Junta de Freguesia, São Miguel de Alcaíça
Código Postal	Localidade
2640-749	SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
NUT III	NUT II
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
Telefone	E-mail
962732280	a2saloia@gmail.com
Telefax	

URL

Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Márcia Mendes

Cargo Responsável

Coordenadora

Serviço/Departamento

GAL

Telefone Responsável

00351962732280

Telemóvel Responsável**Email Responsável**

a2saloia@gmail.com

Email Alternativo

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A A2S, de per si, sendo uma associação constituída legalmente para ser reconhecida como GAL, enquanto organização, não tem experiência na implementação de estratégias de desenvolvimento.

Porém, os membros da parceria (municípios e alguns associados privados) têm participado ativamente na gestão de programas de desenvolvimento local e em projetos de investimento e de cooperação, revelando competências na gestão de políticas públicas, o que se traduzirá num valioso contributo no âmbito das atribuições do GAL Pescas e na implementação da EDL.

As autarquias trabalham diretamente no território, conhecem os agentes locais, as comunidades e as respetivas dinâmicas sociais e empresariais e dispõem de competências técnicas e recursos que poderão ser postos ao serviço da EDL, despoletando e apoiando novos projetos, maximizando os recursos existentes e eliminando obstáculos de carácter burocrático.

Os municípios já desenvolvem e apoiam projetos nas áreas da agricultura e pescas, turismo, património, social e têm sido promotores e beneficiários de fundos estruturais em anteriores e atuais quadros de programação.

Um exemplo de um projeto relevante, dinamizado pelos municípios, prende-se com a implementação do cabaz PROVE, que visa promover as cadeias curtas de comercialização de produtos fruto hortícolas. No futuro, este projeto poderá vir a ser adaptado aos produtos do mar com o “Cabaz do Mar”, tendo-se já articulado com a DOCAPESCA a replicação deste modelo de circuito curto, envolvendo as Associações de Pescadores e os consumidores de proximidade.

Pretende-se beneficiar da experiência dos parceiros noutros GAC, como a Docapesca e a Mútua dos Pescadores, com vista à dinamização de iniciativas conjuntas que vão ao encontro das metas e objetivos definidos na estratégia de desenvolvimento local, nomeadamente ao nível da promoção e valorização do território e da qualidade do pescado, bem como estabelecer parcerias ao nível da formação e da investigação com centros formação e centros de investigação para melhor apoiar, aconselhar e capacitar os atores locais. Os clubes ligados à náutica e desportos encontram-se inscritos nas respetivas federações nacionais com quadros técnicos reconhecidos. Também o ICEA Instituto de Cultura Europeia e Atlântica detém um conjunto de valências e experiências que valorizam a parceria quer enquanto organizações quer a nível dos seus dirigentes, manifestando uma forte ligação ao mundo das Academias e da investigação.

O parceiro do setor social tem experiência em projetos destinados ao terceiro setor e detém conhecimentos técnicos e recursos na área da inclusão social. As suas competências serão importantes para dar seguimento ao objetivo estratégico relacionado com a inclusão e responsabilidade social.

No processo de recrutamento da estrutura técnica da A2S, o critério de seleção preferencial será o da experiência profissional prévia na implementação de estratégias de desenvolvimento.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500086826	Docapesca - Portos e Lotas SA	10/01/1959	29/08/1966	03111	Sociedades Comerciais
500726477	MÚTUA DOS PESCADORES - MÚTUA DE SEGUROS, CRL	27/07/1942	27/07/1942	65120	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500787646	Clube Naval da Ericeira			93192	Associações
500851190	Santa Casa da Misericórdia de Mafra			87301	Associações
502177080	MUNICÍPIO DE MAFRA		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
503328030	Ericeira Surf Clube	23/09/1993	23/09/1993	93192	Associações
503901180	AAPC - Associação de Armadores e Pescadores de Cascais			94110	Associações
505187531	MUNICÍPIO DE CASCAIS	01/01/1995	01/01/1995	84113	Autarquias Locais

506463176	ICEA - Instituto Europeia e Atlântica			94991	Associações e fundações privadas
507146786	APPC - Associação de Pescadores Profissionais de Cascais			94995	Associações
510794106	Ericocean - Clube de Mergulho da Ericeira	26/08/2013	26/08/2013	94991	Associações
513111247	Predominante Azul - Associação de Nadadores Salvadores	09/06/2014	09/06/2014	94995	Associações
513351353	A2S-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA	23/01/2015	30/01/2015	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
513406689	APPER - Associação dos Pescadores Profissionais das Ericeira			94110	Agências e Associações

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana de Lisboa

Grupo Ação Local

Costeiro

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Encarnação	6,00%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Ericeira	13,00%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Santo Isidoro	5,00%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Cascais	União das freguesias de Cascais e Estoril	76,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

Nas freguesias propostas para o território de atuação ocorreu um crescimento da população residente. Comparando os dados censitários, verifica-se que entre 2001 e 2011 se registou um aumento de 14,6% da população residente, sendo que em 2001 o total da população residente correspondia a 70.506 e em 2011 foram recenseados 80.860 habitantes.

A população residente é mais jovem do que a média nacional destacando-se Mafra (19%) pela maior expressão do segmento com idades até aos 14 anos. Já a população em idade ativa diminuiu embora, em

2013, se situasse acima dos 65% em todo o território de intervenção. Quanto ao número de idosos, verifica-se que o concelho com a maior percentagem de idosos é Cascais (18,5%) seguido de Mafra (15,2%). Ao analisar a evolução da escolarização da população residente, verifica-se que os níveis estão acima da média nacional. A taxa de analfabetismo e o número de pessoas que apenas completou o ensino básico sofreram uma descida acentuada, em particular em Mafra (-10,3%) e registou-se um aumento significativo da população que completou o 3º ciclo, o ensino secundário e o ensino superior.

Relativamente à taxa de emprego, deve notar-se que Cascais foi o concelho onde se registou uma descida mais acentuada (-6,5%), sendo que em Mafra se registou uma ligeira descida (0,6%).

De 2001 para 2011, a taxa de desemprego aumentou significativamente em todos os concelhos o que é coerente com o que se verificou a nível regional e a nível nacional. Destaca-se no entanto que, em Cascais, a taxa aumentou quase 50% e em Mafra ultrapassou os 50%. No entanto, Mafra é o único concelho cuja taxa de desemprego (9,1%) é inferior às taxas registadas na região de Lisboa e no país. Do total da população residente no território de atuação verifica-se que 5,68% de população está desempregada.

A Ericeira tornou-se Reserva Mundial de Surf a 14 de outubro de 2011, após consagração pela organização internacional Save the Waves Coalition. Foi apenas a 2.ª Reserva distinguida a nível global, permanecendo a única da Europa até hoje. Os critérios que conduziram ao seu reconhecimento oficial foram a qualidade e a consistência das ondas, a importante história e cultura de surf local, a riqueza e sensibilidade ambiental da área e, ainda, a forte mobilização da comunidade.

A Reserva Mundial de Surf da Ericeira integra-se no Concelho de Mafra, estendendo-se entre as praias da Empa e de São Lourenço, numa faixa costeira que concentra sete ondas de classe mundial num espaço de apenas 4 Km: Pedra Branca, Reef, Ribeira d'Ilhas, Cave, Crazy Left, Coxos e São Lourenço.

O território apresenta uma privilegiada situação geográfica, características ambientais singulares sendo de destacar a existência de unidades classificadas e identificadas como património paisagístico, designadamente:

- Litoral Atlântico, Arribas e Praias - o elemento caracterizador principal é a água, delimitada com base na rede natura 2000. As arribas desenvolvem-se a uma cota máxima de 25 metros, encontrando-se separadas da linha da costa por praias de areia de extensão moderada a reduzida. As praias de maior extensão correspondem às zonas de fozes dos principais cursos de água, nomeadamente, praia de S. Lourenço (foz do rio Safarujó), praia da Ribeira D' Ilhas (foz do rio Cuco) e praia da Foz do Rio Lizandro (foz do rio Lizandro).

- As unidades de paisagem associadas aos Planaltos localizam-se nas zonas de festa e correspondem, sobretudo, a cotas altas, entre os 100 e os 250 metros, e a áreas planas, com inclinações máximas de 16%.

- Várias espécies da flora e da fauna bem como habitats protegidos nos termos das diretivas comunitárias, tais como: vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré (E); arribas com a vegetação das costas mediterrânicas com *Limonium* spp. e *Armeria* sp. Pl. Endémicas (E); Dunas Litorais com *Juniperus* spp. (E), ou ainda Pinhais mediterrânicos de pinheiros mesógenos endémicos.

A faixa costeira do concelho de Cascais apresenta uma maior diversidade de espécies na zona compreendida entre o Farol da Guia e o Guincho. Ainda nesta zona e para o interior, a região dunar oferece um revestimento vegetal importante que se intensifica em diversidade e grau de cobertura, culminando em zonas de pinhal, indicando o final da sucessão ecológica. As arribas ou falésias ocupam grande parte da linha de costa do concelho.

Nas falésias costeiras e em alguns locais na faixa marítima de Cascais podem observar-se algumas espécies vegetais que de acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais são classificadas como tendo um valor ecológico "Muito elevado".

Para a singularidade do património histórico-cultural do território muito contribui a sua relação com o mar e, de forma específica, com as comunidades piscatórias.

Também o património material e imaterial com interesse cultural e histórico, classificado como património mundial, nacional ou de interesse público e ou municipal, preserva a ligação do território ao mar, designadamente:

- Sítios e/ou monumentos arqueológicos que remontam ao período da pré-história;
- Parque Natural Sintra Cascais;
- Fontes;
- Arquitetura religiosa associada à cultura do mar;
- As quintas e herdades.

Relativamente ao património imaterial do território, salientam-se as tradições religiosas e profanas relacionadas com o mar e que se traduzem em grandes manifestações populares como por exemplo as Festas do Mar, em Cascais, e as Festividades da Nossa Senhora da Boa Viagem, na Ericeira.

Quanto ao setor da pesca verifica-se que no território as principais espécies de peixe vendidas nas lotas da Ericeira e Cascais são a raia, polvo vulgar, robalo e linguado.

Se se atentar na evolução da quantidade de pescado vendido nas lotas da Ericeira e Cascais, verifica-se que se registou uma substancial diminuição nas vendas das principais espécies de peixe, o que ao longo do tempo originou a perda do poder de compra pela comunidade piscatória.

Relativamente ao valor do pescado, dependendo das capturas e eventuais picos na oferta, tem-se vindo a registar uma quebra no valor médio o que origina uma significativa perda de rentabilidade face ao aumento dos custos dos combustíveis.

Desde os últimos anos que as lotas da Ericeira e Cascais têm vindo a registar um decréscimo na quantidade de pescado descarregado. Em 2010 a lota da Ericeira recebia 84.300 kg de pescado enquanto em 2014 as descargas em lota corresponderam a 58.499 kg. Já na lota de Cascais verificou-se uma redução drástica de 231.449 kg em 2010 para 51.303 kg em 2014.

Somando a quantidade total de pescado descarregado em lota para o período entre 2010 e 2014 registou-se um valor total 360.230 kg na Ericeira e 879.033 kg em Cascais. Consequentemente, o valor total do pescado correspondeu a 1.819.736,00 € na Ericeira e a 3.657.279,00 € em Cascais.

Em 2013 o número total de embarcações de pesca registadas na Ericeira correspondia a 31 (29 de pesca local e 2 de pesca costeira). Em 2014 ocorreu o abate de 4 embarcações de pesca local perfazendo um total de 27 embarcações.

No porto de Cascais, no período homólogo, estavam registadas 48 embarcações de pesca (42 de pesca local e 6 de pesca costeira). Em 2014 o número de embarcações aumentou para 49 devido ao acréscimo de uma embarcação de pesca costeira.

De acordo com os dados publicados pelo INE, o número de pescadores matriculados na capitania de Cascais (incluindo Ericeira) tem-se mantido inalterado entre 2006 e 2014 em torno de 174 pescadores.

Nas freguesias do território de intervenção não são conhecidas quaisquer unidades produtivas de aquicultura nem de transformação dos produtos da pesca e da aquicultura.

Relativamente ao número de organizações e associações ligadas ao setor da pesca, regista-se a existência de três associações profissionais de pescadores (APPC, AAPC e APPER), uma das quais recentemente constituída (APPER) e que integram a presente parceria.

A região é ainda reconhecida pela qualidade dos produtos locais e pela sua gastronomia. Destacam-se os pratos típicos de peixe, a doçaria e os vinhos históricos que são promovidos nas festas, feiras e mercados tradicionais que ocorrem no território.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Existência de financiamentos
- Proximidade a Lisboa
- Procura da Ericeira e de Cascais pelos mercados externos
- Interesse pela gastronomia portuguesa e em particular pelo peixe
- Crescente interesse por desportos náuticos
- Aumento do interesse pelo turismo temático (pesca / mergulho / desportos de ondas)
- Proximidade das unidades de investigação no setor das pescas
- Cadeias curtas de comercialização e distribuição, canal de escoamento do pescado de rejeição (associação – cabaz do mar)
- Articulação com o Turismo de Portugal – ETRL
- Criação de empregos/empresas relacionadas com a economia do mar e turismo
- Articulação com novos operadores turísticos

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

- Risco de encerramento da lota de Cascais
- Maior atratividade de outros portos
- Sobrepesca
- Redução do número de espécies passíveis de serem pescadas
- Poluição (descargas,...)
- Alterações climáticas
- Sazonalidade na zona costeira
- Concorrência de outros destinos
- Massificação da oferta turística
- Insegurança

Principais Pontos Fracos

- Situação geográfica privilegiada
- Acessibilidades
- Marina de Cascais e portinho da Ericeira
- Riqueza e diversidade biológica, geológica, flora silvestre e marinha (iodo)
- Classificação da Ericeira como Reserva Mundial de Surf
- Existência de praias de bandeira azul
- Riqueza, diversidade e qualidade do peixe e marisco
- Elevado consumo de peixe
- Zona costeira propícia aos desportos náuticos (mergulho, pesca desportiva, vela e surfing)
- Existência de condições para o desenvolvimento da aquacultura/viveiros para valorização de espécies locais: Ouriços
- Existência de comunidades piscatórias e respetivas associações
- Existência de património natural, cultural e edificado rico
- Aumento do número de habitantes
- População jovem significativa
- Existência de organizações do setor social
- Existência infraestruturas e organizações desportivas
- Falta de regulamentação na área costeira
- Ausência de um porto de pesca em Cascais e falta de condições do porto da Ericeira
- Desadequação e insegurança das infraestruturas para a pesca
- Falta de condições e de equipamentos nos pontos de vendagem de pescado
- Ausência de estudos técnicos sobre geologia, biologia, flora
- Inexistência de recifes artificiais
- Falta de divulgação da região e de promoção dos recursos endógenos (polvo, linguado rosa, robalo)
- Degradação de alguns elementos patrimoniais
- Envelhecimento e falta de recursos humanos ligados à pesca
- Desinteresse pela tradição, artes e costumes ancestrais da pesca
- Ausência de estruturas de apoio social para trabalhadores por turnos/sazonais
- Desintegração das comunidades piscatórias
- Carências na oferta de infraestruturas, alojamento e transportes públicos

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Considerando que as zonas litorâneas do território de atuação, nomeadamente as que mais proximamente estão relacionadas com a atividade piscatória, têm vindo a perder dinamismo, caracterizando-se pelo crescente abandono da atividade das pesca local, em grande parte pelo envelhecimento das tripulações, abate dos barcos a troco de subsídio ao abate, pela falta de organização e estruturação da oferta para enfrentar a cada vez maior concentração dos intervenientes da venda em primeira lota, torna-se fundamental inverter este continuado declínio.

Se o desemprego e baixa atividade da pesca local, em especial nos períodos de Inverno, portanto a sua sazonalidade, são fatores da degradação do nível de vida das populações piscatórias, torna-se importante criar condições para que seja possível dinamizar e revitalizar as atividades correlacionadas com a atividade piscatória.

A forte pressão exercida pela urbanização das zonas litorais constituiu um fator de pressão sobre a mão-de-obra que maioritariamente se dedicava às fainas do mar, tendo em tempos sido a construção civil a atividade que maior atração exerceu sobre os ativos do setor.

Importa capacitar os atores locais e criar valor para que se torne possível o desenvolvimento de novos projetos, o empreendedorismo e a criação de emprego e autoemprego, apoiando o reforço e a melhoria de competências através da qualificação, do melhor conhecimento do Mar, promovendo ações de sensibilização da atividade e de condições de segurança, incentivando o estabelecimento de parcerias e promovendo a transmissão de conhecimentos com vista à inovação. Do mesmo modo, importa melhorar as condições de vida dos públicos mais desfavorecidos através de processos de inclusão social que passam pela melhoria das respostas sociais dentro do território, pelo envolvimento e sensibilização das organizações e das empresas para a sua responsabilidade social e incentivando e apoiando uma inclusão ativa, promovendo a igualdade de oportunidades, a cidadania ativa e a melhoria da empregabilidade.

Torna-se importante dar resposta aos seguintes desafios:

- Melhorar a competitividade e atratividade do setor das pescas e da economia do mar, através do apoio a pequenos investimentos e à diversificação da atividade ligada à economia do mar;
- Apoiar a criação de valor nos territórios litorâneos, através da valorização de produtos locais de qualidade e criação e certificação de marcas associadas à região;
- Apoiar a criação de mecanismos e circuitos de distribuição mais adequados às necessidades das comunidades locais através da criação de circuitos curtos agroalimentares, com base em parcerias produtores/consumidores.
- Apoiar a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos
- Apoiar investimentos na área do turismo, incluindo a criação e desenvolvimento de produtos próprios, a criação de redes/rotas de oferta turística integrada, inseridas na região de Lisboa
- Apoiar projetos de comunicação da região e da sua oferta
- Apoiar projetos de inclusão social e de criação de redes de apoio social
- Apoiar projetos de envelhecimento ativo

De salientar a assunção de um desafio transversal partilhado pela parceria e que visa a criação de emprego sustentável, em todos os setores, com base em projetos económica, social e ambientalmente válidos e inseridos na estratégia global para a região.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

Para estimular o desenvolvimento económico e social do território, torna-se necessário criar dinâmicas de intervenção orientadas para a competitividade das zonas litorais dos territórios, promovendo a melhoria e a diversificação das atividades piscatórias, da náutica de recreio e do desporto das ondas, potenciando e valorizando os produtos locais, aumentando a sua produtividade para ganhar escala, assegurando a sustentabilidade dos recursos.

Também será necessário aproveitar as oportunidades emergentes relacionadas com o património e turismo promovendo a atratividade do território e a criar novas dinâmicas de desenvolvimento económico.

Assim, a EDL pretende intervir nas áreas temáticas:

- ? Dinamização das zonas litorâneas
- ? Património, turismo e sustentabilidade
- ? Criação de valor e inclusão social

Considerando os desafios identificados e as prioridades políticas para a região, para o país e para a Europa, definiram-se um objetivo transversal, três objetivos de orientação estratégica e onze objetivos operacionais.

Eixo – Dinamização e sustentabilidade das zonas litorâneas - Face às excelentes condições das freguesias litorâneas do território de intervenção definiu-se como primeiro objetivo de orientação estratégica promover o crescimento e o desenvolvimento económico sustentável nos setores da pesca e marítimo-turística.

Neste sentido, definiu-se um primeiro objetivo operacional que visa apoiar a dinamização e a diversificação das atividades ligadas ao mar para tornar o território mais atrativo e competitivo apoiando o desenvolvimento de novas atividades, favorecendo a criação de emprego e a fixação das pessoas. De primordial importância neste objetivo são as intervenções com vista a aumentar e melhorar a segurança marítima (tripulações e ocupantes, embarcações e artes de pesca).

Definiu-se como segundo objetivo operacional apoiar sistemas sustentáveis de captura, transformação, comercialização em lota e distribuição em circuitos curtos contribuindo para potenciar novas ideias de negócio, promover e valorizar os produtos locais de qualidade e fomentar o desenvolvimento económico ligado ao mar. Será importante criar valor e apoiar cadeias curtas de distribuição e de comercialização de forma a facilitar o escoamento e o consumo dos produtos locais apoiando a comercialização de proximidade dos produtos do mar.

O terceiro objetivo operacional visa melhorar as infraestruturas de apoio em terra dado que as condições atuais das mesmas condicionam a atividade piscatória nas duas zonas portuárias do território. De notar as necessidades de intervenção ao nível do acesso das embarcações entre mar e terra; as carências ao nível das condições hígio sanitárias nos postos de vendagem de pescado e a inexistência de estruturas de apoio às associações profissionais nas zonas portuárias. No âmbito das atividades marítimo turísticas as infraestruturas de apoio em terra podem traduzir-se em estruturas móveis de apoio à realização de eventos desportivos federados nacionais e internacionais.

O quarto objetivo operacional visa apoiar iniciativas de sustentabilidade ambiental prevendo a realização de campanhas de sensibilização ambiental e de limpeza das zonas litorâneas (portos, praias e arribas) em terra e subaquáticas, a erradicação de plantas invasoras e proteção das espécies endógenas em áreas sensíveis e a preservação da única Reserva Mundial de Surf na Europa.

Sendo Portugal um grande consumidor de pescado e havendo restrições às capturas e limitações dos stocks e de licenças torna-se imperioso encontrar mecanismos de diversificação da oferta de pescado, nomeadamente, através da aquicultura. Assim, o quinto objetivo operacional tem por fim apoiar o estabelecimento de iniciativas de aquicultura no território de intervenção.

Eixo Turismo e Património - Tendo em conta o vasto e riquíssimo património natural, material e imaterial presente no território e a proximidade do mesmo à cidade de Lisboa, definiu-se como segundo objetivo estratégico preservar e valorizar as potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região.

O primeiro objetivo operacional visa apoiar as iniciativas ligadas à conservação e preservação dos recursos patrimoniais promovendo e valorizando economicamente o património natural e cultural de forma a contribuir para a atratividade do território retirando-lhe a sazonalidade do turismo de sol e praia, fomentando a preservação do ambiente e a utilização eficiente dos recursos naturais, bem como a reabilitação e refuncionalização do património edificado.

O segundo objetivo operacional propõe-se apoiar o crescimento e o desenvolvimento das atividades relacionadas com o turismo e do desporto de onda, bem como da náutica de recreio, de forma a promover o empreendedorismo e a criação de emprego dinamizando a economia local.

O terceiro objetivo operacional tem por fim aumentar a visibilidade do património natural e cultural, material e imaterial do território de forma a contribuir para atratividade do território e para a dinamização das economias locais através da qualificação e valorização patrimonial de valor simbólico e comunitário.

Eixo – Criação de valor e inclusão social - Tendo em vista a maximização e otimização das oportunidades existentes para o desenvolvimento local do território importa criar valor e estabelecer mecanismos de inclusão social que permitam fortalecer o território. Assim o terceiro objetivo estratégico definido pela parceria visa contribuir para a melhoria das condições de vida no território promovendo a inclusão social, a capacitação dos atores locais e valorização e competitividade dos recursos endógenos.

Porque é importante estimular a inovação e encontrar novas respostas sociais para resolver os desafios sociais emergentes, definiu-se como primeiro objetivo operacional a promoção da inclusão social através do apoio ao desenvolvimento de projetos inovadores que deem resposta às necessidades dos públicos em risco e que estimulem a responsabilidade social das empresas/organizações. Assim, poder-se-á apoiar os grupos vulneráveis existentes no território e estimular relações de convivência e de solidariedade.

Para dinamizar a economia local e fomentar a atratividade do território importa contar com agentes com capacidade para promover inovação no desenvolvimento de produtos e para criar emprego pelo que se definiu como segundo objetivo apoiar a capacitação dos atores locais para o empreendedorismo e para o trabalho em parceria através da sua qualificação profissional e valorização pessoal.

Para promover a competitividade e a atratividade dos recursos endógenos definiu-se como terceiro objetivo

operacional criar mecanismos para a valorização e diferenciação dos produtos locais de qualidade. Complementarmente, definiu-se um objetivo transversal que poderá facilitar o cumprimento dos objetivos estratégicos e favorecer a interação entre os atores locais e que consiste em apoiar as iniciativas e redes de cooperação para a investigação e inovação com vista ao desenvolvimento dos setores da economia do mar, turismo, património e social de forma a trazer valor acrescentado e inovação aos recursos endógenos presentes no território. Para cumprir este objetivo transversal pretende-se recorrer às atividades de cooperação intra e interterritorial através da criação de alianças setoriais e parcerias estratégicas. Para dar resposta a estes objetivos operacionais pretende-se recorrer a todas as tipologias de intervenção previstas para o FEAMP, designadamente: Reforço da competitividade da pesca; cadeias curtas e mercados locais; promoção de produtos locais de qualidade; preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos.

No âmbito do POR LISBOA pretende-se igualmente recorrer a todas as tipologias de intervenção previstas. No âmbito do FEDER procurar-se-á conceder apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas através de iniciativas inovadoras de apoio aos grupos alvo desfavorecidos bem como à conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural promovendo a sua valorização económica a conservação, qualificação e valorização de elementos patrimoniais.

No âmbito do FSE serão apoiadas medidas que visem a criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; ações de dinamização e capacitação do tecido associativo local e do associativismo jovem bem como ações para estimular a inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais.

Com vista a complementar o propósito de cumprir os objetivos e ações propostos na EDL, será importante:

- Integrar a rede europeia de GAC (FARNET) de modo a coordenar iniciativas relacionadas com a economia do mar

- Implementar atividades de cooperação intra e interterritorial bem como assegurar uma coordenação e articulação do GAL com outras intervenções desenvolvidas na região
- Promover a articulação entre os DLBC da região (primordialmente com o DLBC rural) para criar sinergias e dar resposta a desafios comuns e à transferência de boas práticas e de conhecimentos em áreas como os circuitos curtos de comercialização e os projetos de orientados para o turismo (náutico, natureza, desportivo)
- Articular com centros de informação europeia com vista à capacitação dos atores locais relativamente à informação europeia sobre os setores de intervenção da EDL
- Participar em projetos de carácter europeu (Erasmus +, Intereg, etc) que visam a melhoria das competências e o desenvolvimento de temáticas que vão ao encontro dos objetivos da EDL
- Criar parcerias com entidades acreditadas no âmbito da formação profissional para desenvolver atividades financiadas para fazer face às necessidades identificadas pelas comunidades

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Pretende-se dar continuidade ao trabalho prévio desenvolvido pela parceria no âmbito da elaboração da EDL e reforçar o seu papel em todas as fases de implementação e execução da mesma. Os membros da parceria serão estruturantes na elaboração do plano de comunicação e divulgação do GAL e da EDL, agindo como multiplicadores e embaixadores no território e no respetivo setor de intervenção. Serão igualmente envolvidos na monitorização e acompanhamento dos projetos e na avaliação e disseminação de resultados e impactos da EDL.

Ao nível setorial os membros da parceria serão aliados estratégicos para estimular a capacitação dos agentes locais e o desenvolvimento de novos projetos relevantes para o território.

As atividades de animação e de acompanhamento da EDL serão sistematizadas num plano de atividades anual que será apoiado e aprovado por todos os membros da parceria.

O processo de análise e seleção das operações será organizado pela parceria com base num sistema de avaliação totalmente transparente garantindo a imparcialidade e igualdade de tratamento entre todos os candidatos. A decisão de seleção basear-se-á exclusivamente nos critérios de exclusão, elegibilidade, seleção e de atribuição previamente estabelecidos e publicados no convite à apresentação de propostas.

A monitorização e apoio aos promotores e aos projetos será realizada regularmente e com o apoio dos parceiros e de entidades pares ou entidades externas ao GAL e de acordo com as necessidades. Pretende-se assegurar que, a qualquer momento, é possível ter um controlo imediato sobre a execução das operações de forma a minimizar a ocorrência de riscos e propor ações de mitigação. Para tal serão desenvolvidos instrumentos de apoio às atividades de monitorização.

A difusão de resultados contribuirá para a prestação de contas junto da comunidade e para incentivar e promover a realização de novos projetos.

O GAL desenvolverá um plano de divulgação e de exploração dos resultados das atividades financiadas com carácter interno, no âmbito dos órgãos da Associação, e com um carácter externo junto dos atores locais e das comunidades envolvidas.

Para maximizar a exploração dos resultados das atividades apoiadas e, assim, o impacto do programa a nível nacional, o GAL organizará ações de divulgação e de exploração de resultados tais como mostras de projetos, seminários temáticos, conferências, publicações, etc. Estas iniciativas promoverão a identificação de boas práticas, o debate sobre os projetos, a apresentação de resultados concretos e dos impactos obtidos.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

As áreas de intervenção prioritárias definidas na EDL correspondem às prioridades estratégicas do PO Lisboa estruturando-se em quatro eixos prioritários: competitividade; inovação e conhecimento; valorização territorial e coesão social.

Esta EDL assenta em sete pilares estruturantes que estão alinhados com os objetivos definidos a nível regional, nacional e europeu, designadamente, a sustentabilidade na gestão dos recursos naturais e patrimoniais, a capacitação dos agentes locais, a valorização e qualificação territorial, a inovação e o conhecimento, a competitividade e o emprego e a inclusão social.

A EDL vai ao encontro das prioridades estratégicas definidas pela AML na EIDT na medida em que terá como objetivos principais o empreendedorismo, a dinamização das economias locais, a revitalização dos mercados locais e a sua articulação com territórios mais amplos e o estímulo à inovação social.

Pretende-se garantir o desenvolvimento costeiro, assegurar a sustentabilidade das economias locais e reforçar a sua atratividade e a sua capacidade para captar investimento, fixar pessoas, empresas e organizações.

A EIDT da AML apresenta-se como um quadro estratégico sub-regional articulado com a estratégia regional e identifica as seguintes prioridades:

- PE 1 - Articulação entre serviços e produtos especializados valorizando os recursos e a atratividade do território na complementaridade das dimensões do turismo, qualidade de vida e de base ecológica
- PE2 - Valorização do conhecimento e investigação através da promoção da dinâmica entre universidades, centros de conhecimento, inovação e business services, e desenvolvimento logístico
- PE 3 - Valorização da força patrimonial e cultural da região

Como linhas estratégicas de desenvolvimento identificam-se a valorização da inovação e da diferenciação na criação de riqueza em atividades transacionáveis e a valorização de experiências e vivências humanas e sociais propiciadas pelo território. As dimensões instrumentais previstas dão primazia à sustentabilidade e à governação concertada e articulada.

A EDL para a região costeira, no seu eixo estratégico de turismo e património, está em linha com primeira e terceira prioridades estratégicas acima identificadas, na medida em que define como objetivos estratégicos a dinamização das zonas litorâneas, o turismo, património e sustentabilidade.

Tal como mencionado na EIDT “o potencial turístico da margem Norte estabelece enfoque no domínio patrimonial e cultural, que se complementa com mais-valias ambientais e paisagísticas, a partir das quais se evidenciam potencialidades de desenvolvimento turístico nos segmentos da natureza e aventura... atividades ligadas à náutica de lazer e à observação e estudo da flora e fauna de ecossistemas específicos”.

A segunda prioridade estratégica da EIDT encontra paralelo no terceiro eixo estratégico da EDL relacionado com a criação de valor e inclusão social bem como no objetivo transversal destinado a apoiar as iniciativas e redes de cooperação para a investigação e inovação.

Para tal, pretende-se estabelecer parcerias que possam apoiar os atores locais no desenvolvimento de ideias de projeto inovadoras e os apoiem a enfrentar desafios ao nível da competitividade e da implementação operacional das mudanças.

Na análise SWOT da EIDT foram identificadas oportunidades que estão em linha com o primeiro eixo estratégico definido na EDL (dinamização e sustentabilidade das zonas litorâneas), a saber: “dinamizar a pesca sustentável que concorra para o equilíbrio dos ecossistemas, para a geração de maior valor acrescentado e diversificação das atividades pesqueiras para outras atividades da economia do mar”.

Ao criar condições para promover o investimento, incentivar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, fomentar a criação de emprego e incentivar a conservação e preservação dos recursos, contribui-se para a qualificação e valorização territorial e para o reforço da coesão económica, social e territorial.

O apoio à criação de parcerias estratégicas com vista à investigação e desenvolvimento permitirá estabelecer ligações entre a ciência e a prática e despoletar a criação de valor acrescentado para o território ao nível da inovação e conhecimento. Pretende-se incentivar a aquisição e transferência de conhecimentos científicos em áreas importantes para o território ao nível da criação de novos produtos, práticas, sistemas ou serviços, ou à melhoria dos já existentes.

A implementação da estratégia estimulará a criação de emprego e o empreendedorismo na medida em que procurará apoiar a implementação de ideias de projeto que visem articular as competências técnicas específicas com nichos de mercado e oportunidades existentes no território.

Será igualmente importante apoiar iniciativas e ações que visem estimular a cidadania ativa e a igualdade de oportunidades promovendo assim a inclusão social procurando contribuir para dar resposta às necessidades sociais identificadas.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A estratégia de desenvolvimento local assenta em três eixos, designadamente: dinamização e sustentabilidade das zonas litorâneas, turismo e património e a criação de valor e inclusão social. O primeiro objetivo específico delineado visa estimular o crescimento e o desenvolvimento económico sustentável nos setores da pesca e marítimo-turística apoiando a dinamização e a diversificação das atividades ligadas ao mar e apoiando sistemas sustentáveis de captura, transformação, comercialização em lota e distribuição em circuitos curtos, melhorando as infraestruturas de apoio em terra, apoiando a realização de iniciativas de sustentabilidade ambiental e apoiando o estabelecimento de iniciativas de aquicultura. Com a definição destes objetivos espera-se que haja uma verdadeira dinamização do setor das pescas e a o desenvolvimento de novas ideias de negócio ligadas às atividades marítimas turísticas possibilitando o desenvolvimento das economias locais. Pretende-se igualmente divulgar e valorizar a qualidade dos recursos endógenos e dos produtos locais procurando trazer valor acrescentado e maximizar as receitas. Pretende-se ainda que haja um aumento da produtividade das empresas e a otimização dos recursos. O segundo objetivo específico visa a preservação e valorização das potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região. Espera-se apoiar projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia do mar, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas. Também será igualmente importante apoiar a criação de emprego em áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, estruturas de observação e de relação com a natureza, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação. A longo prazo espera-se que o território seja procurado por nichos de mercados específicos e que aumente o número de visitantes. O terceiro objetivo específico incide na melhoria das condições de vida no território e na promoção da inclusão social, da capacitação dos atores locais e da valorização e competitividade dos recursos endógenos. Os resultados esperados prendem-se com a criação de emprego, com o desenvolvimento de abordagens integradas e de caráter intergeracional direcionadas para populações provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis e ou desfavorecidos, com a melhoria da qualificação e dos percursos de aprendizagem dos jovens com vista ao empreendedorismo e à inovação e à diferenciação dos recursos endógenos e dos produtos locais de qualidade. Pretende-se contribuir para a melhoria das condições de vida nas zonas litorâneas apoiando a criação de emprego e a capacitação das comunidades.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Para que os objetivos definidos sejam atingidos, importa definir as linhas de ação inerentes à implementação da EDL. A dinamização e sustentabilidade das zonas litorâneas incidirá: • no apoio ao reforço da competitividade da pesca, através da criação, recuperação e modernização, das estruturas, equipamentos e/ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura; • na promoção das cadeias curtas e mercados locais, através do apoio à criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos do mar, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação; • na promoção dos produtos locais de qualidade estimulando o surgimento de oportunidades de negócio que considerem a melhoria da qualidade dos produtos e a utilização de recursos endógenos, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos; Para preservar e valorizar as potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região e para apoiar o crescimento e o desenvolvimento das atividades relacionadas com o turismo, importa apoiar as iniciativas ligadas à conservação e preservação dos recursos patrimoniais e incentivar a dinamização de atividades marítimo-turísticas. Assim, pretende-se apoiar intervenções e ações em património edificado, natural e simbólico associado ao espaço marítimo; melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores e apoiar a criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao mar, promovendo o turismo local. Com vista à melhoria das condições de vida no território promovendo a inclusão social, a capacitação dos atores locais e valorização e competitividade dos recursos endógenos importa estimular o empreendedorismo e a criação de emprego dando resposta às necessidades dos públicos em risco e à responsabilidade social das empresas/organizações. Serão apoiadas ações que visem a empregabilidade dos grupos vulneráveis, a capacitação dos atores locais para o empreendedorismo e para o trabalho em parceria, a qualificação profissional e a valorização pessoal. De salientar a qualificação escolar e profissional relacionada com o mar, a melhoria das competências dos atores locais e da sua capacidade de adaptação.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Reforço da competitividade da pesca	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	9,00	15,00	1 225 738,73€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Cadeias curtas e mercado locais	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	2,00	192 202,56€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Promoção de produtos locais de qualidade	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	1,00	47 729,71€
99.M11 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	FEAMP	Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos	Não aplicável	0,00	0,00	Emprego criado	1,00	1,00	90 625,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Empresas que beneficiam de apoio	7,00	13,00	Postos de trabalho criados	0,00	0,00	260 870,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	19,00	32,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	347 826,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEAMP	1 556 296,00€
FEDER	260 870,00€
FSE	347 826,00€
Total	2 164 992,00€

Pressupostos

Foi feita uma distribuição equitativa e proporcional dos fundos agora aprovados, excepto da medida da promoção de produtos locais de qualidade onde se retirou um maior valor de forma a manter o valor inicialmente previsto na medida de preservação, conservação dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos por forma a manter a sua génese.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

As atividades de cooperação interterritorial destinam-se à criação de parcerias com outros GAL ou outras organizações relevantes com características territoriais idênticas, com o objetivo de partilhar experiências e boas-práticas e de potenciar os benefícios gerados pela implementação da EDL.

No âmbito do primeiro eixo estratégico da EDL com vista ao crescimento e desenvolvimento económico do setor da pesca pretende-se dinamizar os circuitos curtos (CCA) aumentando e facilitando o envolvimento dos pequenos produtores do território.

Metas:

- Apoiar a criação, organização e funcionamento de uma cadeia curta de comercialização de pescado de primeira venda
- Criar uma campanha de informação e comunicação sobre CCA para dar resposta às necessidades das comunidades piscatórias (legislação, competências)

Mais-valias para o território:

- Sustentabilidade ambiental dos recursos naturais e stocks de pesca e redução do desperdício alimentar
 - Vantagens económicas ao nível do escoamento e comercialização do pescado e a aferição de rendimentos mais justos
 - Sustentabilidade social através da retenção de valor para o território e da criação de relações entre pescador/aquicultor - promotor - consumidor com potencial para gerar novos negócios na cadeia de valor
- No âmbito do segundo eixo estratégico da EDL com vista a preservar e valorizar as potencialidades do território, de modo a contribuir para a competitividade da região nas vertentes de turismo e património, pelo que importa dinamizar atividades de cooperação nestas áreas.

Metas:

- Criar em parceria um produto turístico integrado, à escala regional, com outros territórios
- Estabelecer duas parcerias com organizações internacionais associadas aos desportos de ondas para promoção do potencial natural do território de intervenção (Save the Waves Coalition e Surf Cities Network)

Mais-valias para o território:

- Reconhecimento e promoção internacional da região como destino turístico de excelência para a prática de desportos de ondas
- Importação para o território de boas práticas de experiências desenvolvidas a nível mundial

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O Órgão de Gestão é composto por cinco elementos representativos dos parceiros conforme quadro em anexo. O Órgão de Gestão reúne mensalmente, ou sempre que necessário, competindo-lhe:

- Elaborar o seu regulamento interno
- Supervisionar a gestão do GAL
- Garantir a implementação da EDL de forma eficaz e eficiente e, se necessário, propor alterações à Comissão de Parceiros
- Definir os critérios de seleção a aplicar, no âmbito das medidas cuja gestão está delegada no GAL, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos definidos na EDL
- Elaborar e submeter à aprovação das AG as propostas dos avisos de abertura de concursos
- Decidir, com base nos pareceres emitidos pela equipa técnica, a seleção das candidaturas apresentadas, de acordo com as orientações técnicas definidas pelas AG
- Propor às AG a aprovação dos relatórios anuais
- Representar o GAL
- Aprovar o Manual de Procedimentos

Para assegurar as suas competências enquanto Entidade Gestora da Parceria, a A2S constituirá uma estrutura para analisar técnica e financeiramente as operações.

Os princípios de funcionamento da A2S e do GAL serão a transparência e a prestação de contas; a segregação de funções; a prevenção do conflito de interesses e a orientação para resultados.

A estrutura técnica terá seguinte composição e funções:

A Coordenação responderá ao órgão de gestão e deverá articular, coordenar e supervisionar o trabalho da equipa técnica; assegurar o envolvimento dos parceiros e atores locais de forma a garantir a adequada implementação da EDL; manter a gestão do orçamento transparente e orientada para a prestação de contas; garantir a execução dos programas e projetos aprovados; validar o trabalho da equipa técnica; assumir as funções delegadas pelo OG; dinamizar atividades de animação, comunicação e de cooperação; captar outras fontes de financiamento externas e ou complementares; supervisionar a elaboração dos relatórios anuais e dar resposta aos controlos e auditorias efetuados pelas Autoridades de Gestão.

A Unidade Administrativa e Financeira deverá assegurar a gestão administrativa (recursos materiais, humanos, património e logística) e a gestão financeira do GAL, designadamente: supervisionar a gestão financeira e contabilística do orçamento e das operações, contribuir para a elaboração dos instrumentos de gestão financeira; monitorizar e reportar a execução financeira das operações; acompanhar e apoiar as entidades supervisoras e fiscalizadoras.

A Unidade de Planeamento e Projetos intervirá em duas áreas:

- Aconselhamento e animação dos agentes locais (capacitação, informação e aconselhamento, animação territorial, comunicação interna e externa, produção de documentação)
- Gestão das operações (preparar e publicar os convites, receber e avaliar os pedidos de apoio; selecionar as operações e fixar o montante do apoio; monitorizar a execução da EDL e as operações apoiadas e elaborar relatórios)

A Unidade para a Qualidade e Inovação responsabilizar-se-á pelas seguintes áreas:

- Avaliação - para planear e implementar todo o sistema de avaliação da EDL (preparação, observação, análise, comunicação e reporting)
- Qualidade e informação - para elaborar o manual de procedimentos do GAL, produzir informação relevante para todas as ações inerentes à implementação da EDL
- Inovação e cooperação - para desenvolver parcerias; participar em redes e projetos no âmbito do plano de ação do GAL e captar fontes de financiamento

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Será implementada uma estratégia de monitorização regular e coerente. A abordagem será estruturada, com métodos e instrumentos adequados e baseada nas necessidades dos vários grupos-alvo. Pretende-se assegurar que a qualquer momento é possível ter um controlo imediato sobre a execução das operações de forma a minimizar a ocorrência de riscos e propor ações de mitigação.

O GAL disponibilizará apoio telefónico, presencial, por correio eletrónico e por ofício. Serão elaborados e disponibilizados documentos de apoio para os promotores. O GAL criará e manterá atualizado um documento com as perguntas mais frequentes e colocá-lo-á no respetivo site.

Semestralmente ou trimestralmente serão organizadas reuniões de grupo destinadas aos promotores para disponibilizar informação sobre a execução dos projetos e para apoiar a gestão administrativa e financeira

das operações.

O GAL implementará um programa anual de visitas in situ que servirão para apoiar os promotores, recolher informações, divulgar exemplos de boas práticas e estabelecer / manter boas relações entre o mesmo e o GAL. Também poderão ser organizadas na sequência de dificuldades encontradas pelo promotor ou em resposta a problemas identificados noutras ocasiões e ou por outras entidades. No final das visitas, a equipa dará um primeiro feedback ao promotor que dará lugar a um relatório final enviado formalmente e que especificará claramente os pontos e os prazos para o seguimento.

Será ainda necessário assegurar a articulação e o trabalho de cooperação entre o GAL e as autoridades locais competentes no sentido de promover a troca de informação relevante com o objetivo de agilizar processos e procedimentos inerentes à implementação e licenciamento dos projetos.

O plano de avaliação a implementar permitirá recolher informação para elaborar os relatórios anuais de execução, disponibilizar a informação necessária para a avaliação do programa como um todo, acompanhar a evolução da execução da EDL em relação às metas e indicadores de realização previstos e observar as tendências e análise do contexto.

O plano será orientado para a qualidade e dará resposta às exigências dos diferentes interlocutores pelo que será necessário dispor de recursos suficientes e apropriados para fornecer a informação necessária ao acompanhamento do programa assegurando que a mesma está disponível no momento certo e no formato adequado.

O plano será suficientemente aberto e flexível para também poder dar resposta a outras matrizes de avaliação, de carácter externo, preparadas pelas autoridades de gestão ou organismos de avaliação externa e contará com a contribuição dos principais atores relevantes, designadamente: autoridades de gestão, a Rede Rural Nacional, o GAL e os beneficiários.

A Autoridade de Gestão terá um papel estratégico de acompanhamento do processo de acompanhamento e avaliação, a Rede Rural Nacional terá um papel de apoio e capacitação dos GAL, a A2S terá um papel operacional na implementação do plano de avaliação contínua e na elaboração de relatórios e os beneficiários terão um papel de “contribuidores” dado que serão responsáveis pela disponibilização de todos os dados necessários para permitir o acompanhamento e avaliação da EDL ao nível do projeto.

Poderá ainda ser necessário recorrer a outras entidades externas fornecedoras de informação relevante (INE, Ministérios, IFAP, etc.) ou a peritos externos ou internos para realizar atividades de avaliação complementares.

Os tópicos e atividades de avaliação serão concebidos em conformidade com os regulamentos sendo que será elaborado um conjunto de indicadores e questões de avaliação específicos e serão alimentados por sistemas de informação e de gestão de dados adaptados às necessidades de avaliação.

O plano de avaliação incluirá:

- um processo de preparação (revisão das matrizes e das fontes de informação, definição de critérios, ligações aos indicadores, abordagens e calendário e identificação de necessidades)
- um processo de observação (análise da evolução da EDL em relação às metas e indicadores de realização, recolha e armazenamento de informação e dados sobre não beneficiários e observação das tendências e análise do contexto)
- um processo de avaliação e análise (processamento e síntese da informação, análise da contribuição da EDL para os objetivos do programa e dos documentos políticos relevantes, análise dos resultados do programa para os vários objetivos; resposta às questões de avaliação e produção de conclusões e recomendações)

Serão utilizados métodos diversificados consoante as necessidades de avaliação, designadamente, o método qualitativo participativo para analisar a eficácia e os métodos econométricos para analisar o impacto.

Os indicadores financeiros, de realização, de desempenho, de meta, de resultado e de impacto bem como determinadas questões específicas serão recolhidos em sede de relatório de execução, de análise de informação estatística e de inquérito aos beneficiários e não beneficiários.

Será elaborado um calendário que contará com atividades contínuas, ao nível de gestão e de comunicação e com atividades pontuais de observação, análise, avaliação e reporting.

Após cada processo de avaliação proceder-se-á à comunicação e divulgação dos resultados da baseada em evidências sólidas e com conteúdos ajustados ao perfil dos diferentes públicos-alvo e às respetivas necessidades de informação. Este plano deverá facilitar a reflexão e o debate sobre os resultados, estimular a interação com os stakeholders e orientar as ações futuras para feedback das recomendações e da utilização dos resultados da avaliação.

Os resultados e recomendações decorrentes do processo de avaliação contínua serão do domínio público (relatórios, newsletters, brochuras, reuniões, conferências, seminários, etc.) e induzirão a redefinição das linhas de ação e a incorporação dos resultados da avaliação na implementação da EDL.

Para implementar o sistema de avaliação será importante que a estrutura técnica detenha os recursos e as

competências necessárias para assegurar a existência de informação, atualizada, relevante e atempada; garantir o controlo de qualidade dos relatórios de avaliação; disponibilizar os dados e resultados da avaliação e comunicar os resultados.

A A2S criará uma unidade, dentro da estrutura técnica, responsável por desenvolver e implementar o plano de avaliação contínua. Será ainda elaborado um manual de procedimentos interno que orientará a organização para a qualidade, eficácia e eficiência dos resultados e que incluirá as questões relacionadas com o sistema de avaliação.

Os recursos necessários estimados são os seguintes: recursos humanos, capacitação, divulgação, informação, aquisição de informação e sistema de informação.

No final do programa proceder-se-á à realização de uma avaliação ex post que terá como objetivo principal a apreciação dos efeitos da implementação da estratégia.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	mapa de investimentos e metas.pdf	21/09/2015 15:04	513351353
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ÓRGÃO DE GESTÃO_COSTEIRO.docx	24/07/2015 21:03	208173420
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-115.pdf	21/09/2015 16:50	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-022.pdf	24/07/2015 21:12	208173420
Protocolo de parceria	Acordo de Parceria GAL PESCA EriceiraCascais (1).pdf	24/07/2015 20:46	208173420
Outros	Justificação_reformulação de metas.pdf	16/12/2015 11:08	208173420
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-022.pdf	16/12/2015 11:15	

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	A2S-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA	NIF	513351353
Submetido por	MARCIA REGINA DOS SANTOS MENDES	NIF	208173420
Data de Submissão	16-12-2015		